



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO ANTICORRUPÇÃO

Disciplinas/objetivos

Abertura / Conferência inaugural	
<b>EIXO 1 – CORRUPÇÃO: CONCEITO, ORIGENS, PERSPECTIVAS DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – 160 h/a</b>	
<b>MÓDULO I. CORRUPÇÃO: CONCEITO, ORIGENS E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE</b> Ementa: Conceito de corrupção. Filosofia, história e sociologia da corrupção. Economia da corrupção. Corrupção e sistema político-eleitoral. Design de políticas públicas anticorrupção	40 h/a
<b>MÓDULO II. CORRUPÇÃO, TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE</b> Ementa: Corrupção e déficit de eficiência do Estado. Combate à corrupção no Direito Comparado. Intervenção Estatal e corrupção. Mecanismos cooperativos de repressão da corrupção. Opinião pública e redes sociais	40 h/a
<b>MÓDULO III: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E ANTICORRUPÇÃO</b> Ementa: Criminalidade Transnacional. Modalidades tradicionais de cooperação em matéria penal. Auxílio direto. A lei Aplicável na cooperação jurídica internacional. Recuperação de ativos. Convenção de Mérida	40 h/a
<b>MÓDULO IV. IMPROBIDADE E LEI ANTICORRUPÇÃO</b> Ementa: Corrupção e Anticorrupção. Improbidade Administrativa: Aspectos materiais, processuais e práticos. Procedimento administrativo e judicial. Lei anticorrupção e natureza da punição. Procedimento administrativo e judicial	40 h/a
<b>EIXO 2 – CORRUPÇÃO E TIPOS PENAS CORRELATOS – 120 h/a</b>	

<p><b>MÓDULO I. CORRUPÇÃO E TIPOS PENAS CORRELATOS</b></p> <p>Ementa: Relações recíprocas entre a corrupção, crime fiscal e lavagem de dinheiro, com referência especial para o fenômeno do “caixa 2.” Corrupção passiva e ativa (artigos 317 e 333 do Código Penal). Aspectos dogmáticos. Evolução e expansão dos conceitos (Caso Collor e Mensalão). Questões pontuais quanto a bilateralidade e especificidade do ato de ofício como contraprestação da vantagem indevida. Conformação jurisprudencial. Evolução. Corrupção e o financiamento eleitoral. O problema do caixa 2. Posição jurisprudencial. Corrupção no âmbito privado. Necessidade ou não. Proposta no “novo” Código Penal. Atuais tipos previstos no Estatuto de Defesa do Torcedor (artigos 41-C e 41-D, Lei 10.671/2003) e art. 337 do Código Penal - Corrupção ativa em transação comercial internacional. Questão das novas loterias esportivas. Tipos penais do Código Penal (Peculato – art. 312, Concussão – art. 316, Prevaricação – art. 319). Aspectos dogmáticos necessários a compreensão do uso venal da função pública. Crimes contra a ordem tributária (arts. 1º, 2º e 3º da Lei 8.137/90). Aspectos dogmáticos relevantes. Momento consumativo. Aplicação da teoria do domínio do fato. Posição Jurisprudencial. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/86). Evasão de divisas (art. 22). Aspectos dogmáticos</p>	<p>60 h/a</p>
<p><b>MÓDULO II. LAVAGEM DE DINHEIRO</b></p> <p>Ementa: Lavagem de Dinheiro. Aspectos dogmáticos penais. Conceito. Espécie. Bem Jurídico. Crime Antecedente. Momento consumativo. Exaurimento. Análise Jurisprudencial. Mecanismos de lavagem de dinheiro: paraísos fiscais, dólar cabo, offshore e criptomoedas (tema apartado). A relação do Judiciário com as instituições que atuam no campo da persecução penal, relatórios do COAF/UIF e identificação de risco de lavagem de dinheiro. Análise e Identificação de Movimentações Financeiras suspeitas. Dever de informação e responsabilidade por omissão de informações. Programas de <i>compliance</i> voltado à lavagem de dinheiro. Gestão de ativos. Bens apreendidos. Análise jurisprudencial. Fronteiras penais das criptomoedas e Lavagem de Dinheiro (art. 1º, Lei 9.613/98). Problemas relacionados ao anonimato. Possibilidade de rastreio e controle pelo Estado. Pagamento de vantagens ilícitas por meio de cripto moedas (art. 317, CP), evasão de divisas (art. 22, Lei 7.492/86) e sonegação fiscal (art. 1º, Lei 8.137/80). Posições da Jurisprudência atual</p>	<p>30 h/a</p>
<p><b>MÓDULO III. CRIMINALIDADE ORGANIZADA E CRIMINALIDADE CORPORATIVA</b></p> <p>Ementa: Criminalidade organizada. Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/2013). Evolução, conceito, acordos internacionais e alterações legislativas. A diferença entre criminalidade organizada e outros tipos de crime de concerto necessário. Análise dogmática dos tipos penais. Teoria do domínio do fato. Criminalidade Empresarial. Empresa como objeto lícito e ilícito. O direito penal como instrumento frente a delinquência econômica e o poder das grandes corporações. Criminalização da empresa e do empresário. Fundamentos penais e políticos criminais. Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas. Modelos de Responsabilização. Aspectos dogmáticos. Sistema de imputação: Responsabilidade penal por ação e omissão (updown e downup). Delinquência organizada e delinquência empresarial: sociedades de fachada e instrumentais. Responsabilidade pessoal do empresário pessoa física. Os programas de <i>compliance</i> e a responsabilidade penal</p>	<p>30 h/a</p>
<p><b>EIXO 3 – INVESTIGAÇÃO, CRIMINALIDADE ORGANIZADA E QUESTÕES CONTROVERTIDAS – 120 h/a</b></p>	
<p><b>MÓDULO I. INVESTIGAÇÃO E CRIMINALIDADE ORGANIZADA</b></p>	<p>40 h/a</p>

<p>Ementa: Investigação nos sistemas inquisitivo, misto e acusatório: separação entre as funções da persecução criminal (investigar e acusar) e a função de decidir; Modelo originário do CPP de 1941; juiz das garantias; investigação defensiva; prévia vista dos autos pelo interrogado. A investigação do crime organizado e suas particularidades: os meios específicos de obtenção de prova na Lei nº 12.850/2013. Colaboração premiada: natureza jurídica; procedimento extraprocessual e documentação; fatos objeto do acordo de colaboração e indicação de provas e dos elementos de corroboração; espécies de prêmios; renúncia ao direito ao silêncio; procedimento judicial; limites da atuação jurisdicional; vedação de decisões com base nas declarações do colaborador; sigilo e levantamento do sigilo do conteúdo do acordo de colaboração premiada. Ação controlada: comunicação ao juiz (autorização judicial); limites estabelecidos pelo juiz; auto circunstanciado; prazo. Infiltração pessoal de agentes: prévia autorização judicial; requisitos; prazo; relatório circunstanciado; 6) infiltração virtual: prévia autorização judicial; requisitos; prazo e limite temporal; relatório circunstanciado; nulidade; sigilo e pessoas legitimadas para acesso ao conteúdo; preservação da identidade do agente policial infiltrado; sustação da operação de infiltração; disponibilização das informações à defesa; imunidade do agente infiltrado e limites; direitos do agente infiltrado. Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações: princípio da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da imagem e da honra; acesso a dados com ou sem autorização judicial; acesso a dados sobre a localização de vítima ou suspeitos; captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; acesso a dados armazenados em computadores e dispositivos móveis; afastamento dos sigilos bancário e fiscal: COAF; informações independentemente de autorização judicial; fishing expedition. Cooperação entre instituições e órgãos públicos. Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas: requisitos; procedimento da interceptação; contato telefônico entre o advogado e o cliente. Busca e apreensão: inviolabilidade do domicílio; alcance das expressões casa, morador, noite e determinação judicial; requisitos e conteúdo do mandado; busca de documento em poder de advogado</p>	
<p><b>MÓDULO II. PROCESSO PENAL E QUESTÕES CONTROVERIDAS I</b></p> <p>Ementa: Investigação do crime organizado e <i>maxiprocessos</i> criminais. Aspectos relevantes sobre a competência em <i>maxiprocessos</i>. Cooperação judiciária na produção da prova. Compartilhamento da prova. Cadeia de custódia da prova na investigação do crime organizado. A figura do <i>whistleblowing</i>. Proteção de vítimas e testemunhas (Lei nº 9.807/1999). Repercussões da Lei nº 13.260/2016 (terrorismo) e da Lei nº 13.344/2016 (tráfico de pessoas) em matéria de criminalidade organizada. <i>Compliance</i>, corrupção e lavagem de dinheiro</p>	40 h/a
<p><b>MÓDULO III. PROCESSO PENAL E QUESTÕES CONTROVERIDAS II</b></p> <p>Ementa: Particularidades processuais da fase investigatória nos crimes de corrupção, crimes financeiros e praticados por organizações criminosas, na visão dos Tribunais Superiores. Prisão e liberdade na visão dos Tribunais Superiores. Aspectos controversos acerca dos institutos da justiça negocial, na visão dos Tribunais Superiores. Aspectos controversos acerca da execução penal, na visão dos Tribunais Superiores</p>	40 h/a
<p><b>Total geral</b></p>	400 h/a

**Objetivos:**

1. oferecer visão ampla sobre o fenômeno da corrupção com enfoque interdisciplinar e especial atenção para particularidades do caso brasileiro;
2. analisar as normas e procedimentos jurídicos desenhados para prevenção e inibição da corrupção;
3. analisar os principais instrumentos internacionais de cooperação e enfrentamento da corrupção;
4. analisar a interface e a articulação entre os múltiplos institutos da legislação de improbidade e anticorrupção;
5. analisar temas de direito penal econômico e o fenômeno da corrupção;
6. analisar ilícitos penais e administrativos contra administração pública vinculados ao fenômeno da corrupção;
7. analisar as controvérsias jurisprudências e legais vinculadas ao crime de lavagem de dinheiro e ilícitos de corrupção;
8. analisar os principais instrumentos de investigação das organizações criminosas; e
9. analisar as principais controvérsias jurisprudenciais envolvendo a persecução penal dos ilícitos de corrupção e direito penal econômico inclusive incidentes do processo de execução penal.